

Debate sobre o FSM

Markus Sokol

O III Fórum Social Mundial vai se instalar num momento em que:

- Bush, que quer transformar o mundo num imenso “protetorado” americano, se prepara, com a caução da ONU, para deflagrar uma guerra no Iraque, o que requer a mais ampla unidade para derrotá-lo;
- 52 milhões de brasileiros elegeram Lula, candidato do Partido dos Trabalhadores, presidente da República, expressando sua vontade de estabelecer a soberania nacional.

Mas, no estado do Rio Grande do Sul - Porto Alegre é a sede do FSM, com o *Orçamento Participativo* sendo a vitrine do “outro mundo possível” –, o governo estadual perde a eleição, o que configura, a rigor, uma derrota do PT nas eleições de 2002.

É hora de refletir. Aparências de sucesso fácil e certezas de aceitação mediática devem ser submetidas a um franco exame de consciência.

O debate é oportuno!

Davos + Porto Alegre

Não há como caracterizar o FSM a partir de uma disputa interior de “campos”, como se propõe. Pois, do 1.º ao 3.º FSM, o que se vê é a convergência ao redor da idéia-força de que é preciso “humanizar a globalização”, como se isso fosse possível; “uma globalização mais justa”, diz um dos organizadores (Cives, associação de empresários, membro do Comitê do FSM).

A recente realização do Fórum Econômico Mundial, preparatório a Davos, no Rio, iluminou essa aproximação ou “diálogo” entre o Fórum de Davos - agora integrando ONGs em nome da “sociedade civil” - e o Fórum de Porto Alegre, que se define como “fórum da sociedade civil mundial”.

O organizador do Fórum Econômico anunciou a “aproximação entre o Fórum Social e o Fórum Econômico”, com “o foco sendo o crescimento sustentável, além de encontrar alternativas para reduzir a pobreza, melhorando a desigualdade”, em busca de uma “plataforma multiparticipativa para o diálogo, envolvendo atores de todo o espectro político – empresas, trabalhadores, governo, ONGs, acadêmicos, mídia e organizações internacionais, além de líderes religiosos e jovens”.

O Comitê Para a Democratização da Informática, por exemplo, disse até que “é preciso aproveitar o discurso de Lula em favor de um pacto social para iniciar um diálogo entre Fórum Social e o Fórum Econômico”. A representante da Associação Brasileira de ONGs (Abong, membro do Comitê do FSM) confirma: “o diálogo entre o Fórum Social e o Fórum Econômico existe e deve continuar a existir” (*Valor*, 19/11 e 20/11).

Na verdade, ambos se organizam como “sociedade civil” e pretendem ignorar fronteiras e conflitos que separam e opõem diferentes setores sociais, as classes e suas organizações, chamadas a se dissolver no magma da “sociedade civil”.

Seria, aliás, interessante saber o que pensam os patrões e as ONGs (que vivem de trabalho desregulamentado, precário ou “voluntário”) a respeito da questão vital para os trabalhadores da defesa dos direitos trabalhistas contidos, por exemplo, na CLT.

Mas o fato é que o próprio Banco Mundial é o maior incentivador das ONGs:

É conveniente que as instituições financeiras prossigam seus esforços para desenvolver um diálogo aberto e regular com as organizações da sociedade civil, em particular com as que representam os pobres é preciso reunir as partes contrárias em fóruns formais e informais, canalizando suas energias por intermédio de processos políticos, ao invés de deixar o confronto como única saída (*Relatório BIRD 2000-2001*).

Assim sendo, quem poderia se surpreender com a convergência de Davos e Porto Alegre se os temas são “democracia participativa” e “controle de capitais” (taxa Tobin) e, agora, “desenvolvimento sustentável”?

Orçamento Enrolativo

A democracia participativa, tendo como modelo o OP de Porto Alegre, é o cartão de visita do FSM. Uma espécie de símbolo da “estratégia”, se o termo couber. Em consequência, ele passou a ser propagandeado em todo mundo, aplicado em vários países e mencionado em reuniões políticas de diferentes tipos.

Mas o que é o OP?

É o mecanismo criado em Porto Alegre para escolher o que *não* vai ser feito pela administração, “pois o dinheiro não dá”.

Ele permite integrar (cooptar) os “representantes” populares – que se responsabilizam por decidir o que *não* é “prioridade” – enquanto se continua pagando a dívida externa, terceirizando etc, com o apoio entusiasta do Banco Mundial (que editou um livro explicando o OP e tem um departamento só para divulgá-lo).

Os fatos demonstram por quê.

Lembremos que, no ano 2000, o OP já era praticado em 140 prefeituras no Brasil, das quais, apenas 73 do PT, sendo as demais de partidos burgueses como o PDT, o PSDB, o PMDB, o PFL, o PTB, o PPB etc.

Mas, em Porto Alegre mesmo, a UAMPA, tradicional união das associações de moradores que participa do Conselho do OP há mais de uma década, se esvaziou, a ponto de nem conseguir mais fazer congresso. Mais ainda:

- entre 1991 e 2000, subiu quase 3 vezes e meia - de R\$ 42,6 milhões para R\$ 146 milhões (valores corrigidos), o ISS cobrado dos prestadores de serviços, que o repassam à população;
- entre 1993 e 2000, os encargos e amortização da dívida interna e externa foi multiplicado por 5,7 - de R\$ 2,2 milhões para R\$ 13 milhões;
- por outro lado, as terceirizações aumentaram 34 vezes, de R\$ 11 milhões em 1989 para R\$ 377 milhões em 2000 (no Orçamento 2000, a transferência para a Educação privada foi 50% mais do que o investimento nas escolas municipais e, na Saúde, o privado ganhou o dobro do público).

Raul Pont explicou ao próprio FSM, quando do término do mandato de prefeito de Porto Alegre, em janeiro de 2001:

Um exemplo. Tínhamos pouquíssimos programas com as entidades comunitárias que prestam serviços para crianças e adolescentes. Hoje, entre creches e serviços de sócio educativo, estão integradas mais de 160 entidades comunitárias que recebem recursos públicos, atendendo milhares de crianças e jovens, por decisão da população (sic). O mesmo pode-se dizer dos equipamentos de saúde ou no crescimento na rede municipal de ensino (...)

Podemos reconhecer, aí, a receita do Banco Mundial.

Obras inadiáveis esperam há 10 ou 12 anos na fila das prioridades. O povo sofre, mas garante-se a dívida, não se toca na grande propriedade nem na renda, e vai se desmontando e terceirizando as funções sociais do Estado, em benefício de organizações comunitárias, ditas filantrópicas ou simplesmente privadas. Tudo avalizado pelo OP, o que é crucial.

Afinal, qualquer governante poderia ter feito o mesmo, à diferença que seria responsabilizado. Com o OP, são os próprios “representantes” que devem ir à comunidade explicar que “não há recursos”!

E os ricos continuam cada vez mais ricos, os banqueiros recebem em dia, e assim por diante.

Instrumento de cooptação e não de soberania popular, no quadro do OP não se discute a dívida, por exemplo, não há como questioná-la. Nem se pode discutir como aumentar receitas - taxar a propriedade ou a renda; ao contrário, tudo está decidido, só resta aplicar.

Da mesma forma que estão decididos – pelo governo federal - os mecanismos criados para pagar a dívida externa (Lei Kandir, DRU, falsa “renegociação” da dívida com a União etc), que oneram o orçamento dos Estados e municípios, retirando verbas que iriam para os serviços.

O OP não é um mecanismo que supera a democracia representativa “limitada” - a democracia participativa, na verdade, traz o risco de um *retrocesso* histórico. Retrocesso em direção a um corporativismo inspirado na velha “doutrina social da Igreja”, aparentada ao corporativismo mussoliniano-varguista. Pois há inclusão, “participação”, ela pode até ser obrigatória, mas a fim de suprimir a luta de classes pela “harmonia social” (a moda hoje é “consenso”), para manter uma ordem injusta! O que não há é a soberania popular, base da democracia.

Uma Câmara de vereadores, uma Assembléia Legislativa ou um Congresso Nacional, podem – com muita luta e pressão popular – decretar uma dívida impagável e anulá-la. É a soberania, como numa Assembléia Constituinte. Mas num OP, municipal ou federal, o tema nem entra em pauta.

Marxista, defendo a expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção.

Mas, enquanto as condições revolucionárias para isso não estiverem reunidas, será no quadro da democracia, representativa, do mandato – por meio das organizações independentes dos trabalhadores – que será possível defender e ampliar os direitos que constituem a classe operária como classe.

A democracia reconhece a oposição e luta de classes; logo, o direito dos sindicatos à greve. É o contrário dos mecanismos de “consenso” forçado, como o OP.

E o balanço do OP – símbolo do FSM - tem tudo a ver com o resultado das eleições gaúchas, que é preciso encarar de frente: Lula venceu, mas Tarso para governador, candidato do “Estado da participação popular” (propaganda oficial), perdeu.

Lembremos que lideranças bem instaladas no aparato do governo estadual – da corrente Democracia Socialista do PT – já explicavam que o OP era a própria “transição ao socialismo”! Senhores vendedores de ilusões, a hora da verdade chegou.

Cansado de ser enrolado – não é à toa que se popularizou como “Orçamento Enrolativo” – enquanto o governo do Estado pagava mensalmente 17% do orçamento pelo acordo de pagamento da dívida para a União (do governo anterior) e se chocava com movimentos como a greve de professores, o mesmo povo que elegeu Lula não quis reeleger o PT para governar o Estado.

Não é um problema de pessoas.

O PT até ganhou em várias grandes cidades, mas onde devia fazer a diferença, nas cidades que administrava, o PT perdeu. Até no seu próprio reduto, Porto Alegre, deu empate com gosto de derrota.

O Vice-governador eleito na chapa de Rigotto, Antonio Holfeldt, ex-vereador petista passado ao PSDB, explicou: “o Orçamento Participativo tenta cooptar o movimento popular, e não ouvi-lo”, o que fez com que “recebêssemos na campanha adesões surpreendentes de associações de bairro. Percebi isso, e fui trabalhar um espaço deixado pelo PT”, conclui Holfeldt.

Na verdade, o OP, ao amarrá-las ao governo, não fortalece as organizações populares, sindicais ou políticas; ao contrário, como acaba de se verificar nesta derrota eleitoral.

Taxa Tobin

Apoiada desde George Soros até Fernando Henrique Cardoso, a proposta de taxar em 0,05% as movimentações de capital é a âncora de um dos principais promotores do Fórum, a ONG Attac.

A proposta é completa: o dinheiro seria destinado a um “fundo internacional” para ajudar no “desenvolvimento e na luta contra a pobreza” e administrado, em primeiro lugar, pelas ONGs.

Pergunta: se é possível “combater a pobreza” pelo “controle da globalização”, para que mesmo um “outro mundo é possível”? Ou melhor, que “mundo” seria esse?

Se não erramos nas contas, quanto mais especulação, maior a arrecadação para o fundo e, conseqüentemente, maior o “combate à pobreza”. Ou, inversamente, se diminui a especulação – Deus nos livre! – menor o combate à pobreza.

Quer dizer, aqui se legitima a especulação - verdadeiro mecanismo de pilhagem da riqueza produzida pelos povos - promovida pelos banqueiros, sob o olhar vigilante do FMI e do Banco Mundial.

Na verdade, sem questionar a especulação, e mantido em primeiro lugar o mecanismo do eterno pagamento da dívida externa, qual “outro mundo é possível”?

Bons espíritos à parte, para as ONGs, essa é uma questão muito concreta.

O Banco Mundial é um banco, faz dívidas, e quer que sejam pagas. No começo dos anos 70, 1,5% dos seus empréstimos favoreciam as ONGs; em 1996, já eram 52%; e agora, em 2001, nada menos que 70% deles passaram pelas ONGs (relatórios do BIRD).

No Brasil, por exemplo, desde 1994, 300 milhões de dólares financiaram programas do Ministério da Saúde, 40 milhões para financiar 600 ONGs anti-Aids.

Assim, as ONGs apoiaram a declaração final da recente “Cúpula da Terra e do Desenvolvimento Sustentável”, cujo capítulo de “equilíbrio ecológico da terra e privatização da energia” recomenda:

Adotar nos países políticas que desembocam num calendário de eliminação progressiva das subvenções à energia que obstaculizam o desenvolvimento sustentável. Encorajar os governos a melhorar o funcionamento de seus mercados energéticos de maneira a apoiar o desenvolvimento sustentável, a retirar as barreiras comerciais e a abrir o acesso a estes mercados.

Qualquer semelhança com o discurso de livre-comércio dos especuladores e banqueiros não é mera coincidência.

Vivendo de empréstimos do Banco Mundial ou de programas governamentais que incluem consultoria ao Banco, as ONGs dependem de projetos (empréstimos) que serão pagos pelos governos ao Banco.

Apresentadas como instrumento de combate à pobreza, as ONGs vivem da dívida externa que empobrece os povos. Aos povos resta, depois, pagar pela participação das ONGs nos projetos que, no mais das vezes, substituem (privatizam ou terceirizam) funções sociais do Estado. É a “sociedade civil” oposta ao “Estado ineficiente”.

Desenvolvimento Sustentável

Até aqui, não vimos “reformas”. Reformas criam direitos. Não são a revolução, mas, como produto da luta nacional e dos trabalhadores, reformas criam direitos, elevam a consciência de classe, são conquistas arrancadas ao capital.

Já o desmantelamento da saúde e da educação pública estatal, substituídas por beneficentes e caridosas ONGs, não. Esmola não cria direito, cria clientelismo. É contra-reforma. Ou teria o Banco Mundial virado “reformista”?

Vejamos o caso do “desenvolvimento sustentável”. É a nova vedete.

Espécie de molho para todos os pratos, está nos discursos de Davos a Porto Alegre e nos documentos dos governos, ONU etc. Sob essa honorável bandeira, realizou-se a Conferência Rio + 10, na África do Sul.

A definição vem da Cúpula da Terra, no Rio, na década passada: “um desenvolvimento que não comprometa os recursos naturais das próximas gerações” - quem poderia ser contra?

Concebida por biólogos que buscavam um instrumento de progresso, a noção de desenvolvimento sustentável foi totalmente usurpada. Como sempre acontece, uma expressão sedutora é torcida para mascarar uma realidade devastadora.

Para a ciência, é uma questão complexa. Até que ponto podem-se explorar os recursos naturais ditos “renováveis” - peixes, florestas, água doce, solos cultiváveis - sem esgotá-los?

Os cálculos dos biólogos, contudo, não mudaram os organismos nacionais e supranacionais que decidem, o FMI e a OMC. Resultado: a ameaça a tal ou qual espécie, sob o argumento de assegurar o “desenvolvimento sustentável”, torna-se pretexto para reorganizar comercialmente toda a atividade pesqueira, por exemplo, com a redução drástica dos volumes autorizados para os países de pesca artesanal da União Européia (França, Espanha e Itália), embora a pesca mais industrializada do norte da Europa extermine espécies inteiras. Desenvolvimento sustentável?

Trata-se de um novo método de agressão contra os povos, porta aberta para a pilhagem das multinacionais, com patrocínio da ONU.

Às maiores empresas privadas da globalização - Shell, Monsanto, Philipp Morris - é entregue a “gestão” dos recursos naturais do planeta, sob o nome de “parcerias tipo 2”: descartam-se os Estados nacionais, os serviços públicos, até as políticas de “ajuda ao desenvolvimento”. Tudo são os mercados, a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na verdade, antes mesmo de falar de “sustentável”, é preciso que haja desenvolvimento. Mas se diz que a prosperidade do hemisfério Norte foi produto da destruição de ecossistemas ou da sua poluição, e que, se os países do Sul seguirem essa trilha, chegaremos a um grau de degradação insuportável.

Insinua-se que a pobreza não permite a esses países darem atenção à salvaguarda do meio ambiente. É o alibi para dar às multinacionais poderes de “gerenciar” recursos naturais desses “incapazes”. É o objetivo das “parcerias tipo 2”.

Hoje, já se sabe quais as técnicas agrícolas que permitem reduzir, e até extinguir, as fontes de poluição. Tanto na pesca, como agricultura, acesso à água e desmatamento.

Ao contrário de certa ideologia “ecologista”, a supressão total dos pesticidas e defensivos químicos está longe de constituir uma solução, tanto quanto a sua simples redução uniforme. Medidas hipócritas de interdição cega de alguns produtos são inoperantes.

O necessário é uma reforma tecnológica profunda dos usos e práticas agrícolas, baseada num exame dos procedimentos das culturas, diariamente. Isso pressupõe que os agricultores tenham tempo de se dedicar ao trabalho, e recebam formação adequada. Logo, exige ampliar o número e a qualificação dos agricultores por hectare cultivado.

Mas isso é o contrário do que faz o capitalismo. Nos documentos da ONU, em vão se procurará a defesa dos serviços públicos e do aumento de mãos nas lavouras.

A conclusão é que a redução do “custo do trabalho” se opõe à proteção dos recursos naturais.

Organização Internacional?

Dentre os maiores entusiastas do Fórum, talvez o maior, está a corrente do PT *Democracia Socialista*, do ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont.

Ela se pretende “internacionalista”, e está ligada ao chamado Secretariado Unificado (SU). Entrevistado por *Rouge*, órgão da Liga Comunista Revolucionária francesa, Raul explicou que

se, em 1994, a defesa do não-pagamento da dívida tinha um caráter muito simplista e genérico, hoje, as definições são mais precisas. Quando se dizia ‘não pagar a dívida’, isso era dito no sentido de uma moratória ou para alertar o país, a fim de que não se consagre tanto dinheiro

para o serviço da dívida. É por isso que o partido decidiu adotar como proposta, a realização de auditoria e a renegociação, para diminuir o impacto que causa a doutrina do não-pagamento.

Está claro. Que se pague a dívida e continue a especulação (com Taxa Tobin). Não é à toa que, quando prefeito de Porto Alegre, Raul ganhou os elogios do Banco Mundial no seu “Informe sobre o Desenvolvimento em 2001”: “o sucesso da aplicação do Orçamento Participativo em Porto Alegre demonstra que o fato de haver uma participação da comunidade pode ser muito eficaz para o desenvolvimento”.

O prefeito fez sua “lição de casa”.

Dessa forma, é fácil compreender como FSM pode se financiar. Seu próprio Secretariado (junho) explica: “As fontes de financiamento do FSM foram o apoio dos governos, o apoio das agências de cooperação e as inscrições de delegados”.

Agora, com essas bases, não dá para ver no FSM a articulação de uma Internacional, no sentido das organizações que vieram à luz na esteira do movimento operário, desde o século 19.

Nem no FSM como tal, nem surgindo dentro dele, visto – como vimos mais acima - do que ele se ocupa e de sua composição policlassista (a referência não é aos eventos paralelos; eventos podem ser paralelos a várias coisas sem, contudo, qualificá-las, nem qualificar-se como “Internacional”).

Resulta curiosa a insistência, nesse cenário, de certa “extrema-esquerda” - sob o lema “outro mundo é possível, se for um mundo socialista” - mobilizar organizações estudantis e sindicais para Porto Alegre, como trampolim (inclusive financeiro) para bancar sua disputa do FSM:

Há alguma dúvida sobre quem ao final “hegemoniza” o evento? E se é certo que tudo é canalizado como “pressão” sobre a ONU, a OMC e o BIRD , então, tornar-se um grupo de pressão do FSM... não seria pressionar a pressão sobre a ONU, a OMC e o BIRD?

Claro, quem abandonar a referência ao marxismo ou ao movimento operário pode encontrar uma identidade na extensa programação do FSM. Se bem que é difícil alguém se preparar para “interferir” realmente nos debates quando, faltando dois meses para o evento – com “eixos” e “metodologia” já definidos -, o *site* do FSM informa aos que buscam um texto base: “nenhuma matéria disponível!”.

Agora, a rigor, as palavras têm um sentido. O FSM, segundo sua Carta de Princípios, “não tem caráter deliberativo”. Não pode, portanto, por definição, deliberar iniciativas, por menores que sejam, contra o imperialismo ou a guerra, por exemplo.

Se isso não fosse suficiente, seu Conselho Internacional (CI), reconhecendo que “a nova conjuntura cobra iniciativas”, advertiu, no entanto, que “o FSM é um espaço (não uma rede ou uma organização internacional)”.

Ademais da hostilidade que já havia a partidos políticos no FSM, agora o CI estabeleceu:

O FSM é um espaço da sociedade civil mundial, mas não de toda sociedade civil (!). O CI através da Carta definiu os contornos do FSM. No caso, os partidos políticos são parte da sociedade civil, mas não do FSM, por isso não podem (!) ter delegados ao FSM nem integrar instâncias organizadoras do FSM.

A Carta já concluía definindo o FSM como “um processo que estimula a participação ativa nas instâncias internacionais”. Esclarecedor!

No FSM pode tudo, patrão com patrão, trabalhador com patrão, ministro, ONU, OMC e BIRD, sábio e charlatão, só não pode “partido político” – seriam todos iguais? Afinal, que tipo de sociedade se projeta aí?

Não fica claro que a “democracia verdadeira, participativa” (ponto 10 da Carta) prescindir dos partidos políticos, portanto, da democracia?

Não se confirma, assim, aonde conduz o magma da “sociedade civil”? É a anti-democracia!

Agora, saber se o FSM supera a idéia de Internacional... É bem possível que certa parte de seus organizadores tenham essa ambição: superar no sentido de bloquear, sepultar a organização independente dos trabalhadores em escala internacional, aprisionando as organizações existentes na arapuca da “sociedade civil”.

Não creio que tenham sucesso. A realidade das classes, as necessidades dos povos, as leis da história, ao final, são mais fortes.

Os milhares que comparecerem ao FSM, e quiserem se manifestar contra a Alca, o farão. Os que quiserem se manifestar, por exemplo, contra a ameaça de guerra, também. Mas não serão “o fórum”. E, sobretudo, não darão qualquer legitimidade e representatividade às ONGs para falar em nome dos explorados e oprimidos do mundo.